



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681187 - SP (2021/0225225-9)

RELATOR : MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
IMPETRANTE : JOAO ELIAS DA SILVA NETO
ADVOGADO : JOÃO ELIAS DA SILVA NETO - SP446911
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : UMBERTO GARCIA JUNIOR (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de UMBERTO GARCIA JUNIOR em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Agravado em Execução no 0000886-23.2021.8.26.0047).

Narra o impetrante que o paciente cumpre "cumpre pena de 21 (vinte e um) anos, 9 (nove) meses e 21 (vinte e um) dias de reclusão, em regime fechado" (fl. 4) e que cometeu faltas graves durante o cumprimento da pena.

Assevera que a forma de cálculo estabelecida pela Secretaria de Administração Penitenciária com relação às faltas graves "afeta diretamente a execução penal, atividade de natureza jurídica e que deve sempre observar os princípios constitucionais da legalidade, da proporcionalidade e da dignidade da pessoa humana" (fl. 4).

Esclarece que (fl. 5):

[...] qualquer infração ou sanção deve ter previsão anterior e expressa em lei para surtir qualquer efeito na seara penal, motivo pelo qual deixa evidente a ilegalidade da sanção aplicada pela SAP nos casos de somatória de faltas disciplinares.

Ao exigir lei anterior (prévia cominação legal), a Constituição Federal reclama que esta seja oriunda do Poder Legislativo e, nos casos em que envolvem Direito e Processo Penal, compete a sua elaboração e edição ao Congresso Nacional, pois o art. 22, inciso I, expressa:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

I -direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;

Com isso, fica evidente a inconstitucionalidade dos dispositivos elaborados por Resoluções e Portarias administrativas, feitos por Secretários de estado, que invadem o âmbito do Direito e Processo Penal, como no caso da Resolução SAP 144/2010, que dispõe sobre

penalidades inerentes à execução penal, com reflexos consideráveis no processo judicial.

Ainda que a validade destes atos pareça ter relação com o disposto no art. 24, I, da Constituição Federal, que expressa a competência concorrente entre a União, estados e Distrito Federal para legislar sobre Direito Penitenciário, não deve o judiciário aceitar tais argumentos, tendo em vista que tal competência refere-se tão somente à organização e manutenção administrativa do sistema penitenciário.

Como bem exposto, o Poder Executivo ou setores administrativos não podem editar normas de caráter penal ou processual, colocando as disposições dos artigos 89 e 90, da Resolução SAP 144/2010, em evidente inconstitucionalidade.

Argumenta que a solução adequada é aquela prevista no § 7º do art. 112 da LEP, incluído pela Lei n. 13.964/2019.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente